

# Leite assina venda da Corsan em meio a disputa no TCE

**PAULO EGÍDIO**

paulo.egidio@zerohora.com.br

Após série de reviravoltas jurídicas, o governo do Rio Grande do Sul assinou, por volta das 18h45min de sexta-feira, o contrato de venda da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). O ato marcou a transferência do controle da companhia para a Aegea, que agora será responsável por prestar serviços de fornecimento de água e saneamento básico em 317 municípios, atendendo 6,5 milhões de pessoas.

A cerimônia no Palácio Piratini ocorreu poucas horas depois de o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Alexandre Postal, liberar a assinatura do contrato, que havia sido suspensa na noite anterior pela conselheira substituta Ana Moraes.

Pouco antes de o contrato ser formalizado, o Ministério Público de Contas (MPC) apresentou novo recurso ao plenário do TCE para tentar impedir a conclusão da venda, que ainda será analisado. A própria decisão de Alexandre Postal que permitiu a conclusão da operação será avaliada no plenário, pelos sete conselheiros, no dia 19 de julho. Outras ações judiciais que tentavam impedir a privatização, movidas pelo Sindiágua e pelos deputados do PT, foram rejeitadas pelo Tribunal de Justiça.

– É natural que aqueles que se irrisignam procurem caminhos



Ato ocorreu no fim da tarde de sexta-feira, após sequência de reviravoltas judiciais

possíveis para atravancar esse processo. Nenhuma cautelar foi proferida em nenhum momento colocando em suspeita o que estava acontecendo – argumentou o governador Eduardo Leite, no ato de assinatura.

Leite mencionou que, com a privatização da empresa, há previsão de R\$ 15 bilhões de investimentos no Rio Grande do Sul nos próximos anos, a fim de que sejam atendidas as regras do novo marco legal do saneamento. A legislação federal prevê que, até 2033, 99% da população tenha acesso a água potável e ao menos 90%, ao tratamento de esgoto.

A fiscalização dos contratos com os municípios e a avaliação sobre os reajustes tarifários

ficarão a cargo da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Agergs), que o governo pretende reestruturar nos próximos meses.

– Se houver apuração de alguma inobservância, se multa a empresa, se apresenta algum tipo de punição, como é o caso no transporte coletivo, na energia elétrica, na telefonia e nos demais serviços concedidos ao setor privado – acrescentou o governador.

## Investimentos

Após a assinatura do contrato, os dirigentes da Aegea anunciaram um plano de investimentos para os primeiros cem dias de gestão na Corsan. De acordo com

o vice-presidente de Operações, Leandro Marin, serão aplicados R\$ 100 milhões em todos os municípios atendidos pela empresa:

– Vamos lançar um programa de intervenções e melhoria nas 317 cidades que a Corsan atende, para que todos os municípios percebam essa mudança e também tenham benefícios de curto prazo com intervenções possíveis de serem desenvolvidas nesse período.

Também está previsto um plano específico para o Litoral Norte, com a implantação de um novo sistema de tratamento e dispersão de esgoto.

As ações serão detalhadas na próxima terça-feira, em entrevista coletiva na sede da Aegea, em Porto Alegre.

## Entenda a situação

### O QUE É A PRIVATIZAÇÃO DA CORSAN?

É a venda da companhia para a iniciativa privada. A decisão foi tomada pelo governo do Estado em 2021 e autorizada pela Assembleia Legislativa. O leilão ocorreu em dezembro do ano passado. Em lance único, o consórcio Aegea arrematou a Corsan por R\$ 4,15 bilhões.

### QUEM É CONTRA A PRIVATIZAÇÃO?

O Sindiágua, sindicato que representa os trabalhadores da companhia, e deputados de oposição ao governo Eduardo Leite na Assembleia Legislativa. Ambos apontam que a companhia foi vendida por um preço menor do que seu valor real, entre outros questionamentos.

### POR QUE A VENDA FOI BARRADA NO TRIBUNAL DE CONTAS?

Em dezembro passado, a conselheira-substituta Daniela Zago proibiu, em medida cautelar, a assinatura do contrato depois do leilão. Ela atendeu pedido do Ministério Público de Contas (MPC), que levantou dúvidas sobre a precificação da companhia e os efeitos da privatização para a cobertura dos serviços de água e saneamento no Estado.

### POR QUE O PRESIDENTE DO TCE DECIDIU LIBERAR O ANDAMENTO?

Após quase sete meses de vigência da cautelar, o governo pediu ao presidente do TCE, Alexandre Postal, que revogasse a medida e liberasse a privatização.

Postal atendeu ao pedido, considerando que o Estado está sob risco de perder investimentos robustos no tratamento de esgoto caso o negócio não seja concluído. O conselheiro submeteu a decisão ao plenário da Corte, na sessão do dia 19 de julho.

### POR QUE A RELATORA SUSPENDEU NOVAMENTE A ASSINATURA?

Provocada pelo Ministério Público de Contas, a conselheira substituta Ana Moraes, atual relatora do caso, suspendeu novamente a assinatura do contrato por considerar a decisão de Postal ilegal. Ela também ressaltou que o processo está pautado para julgamento na Primeira Câmara da Corte, no dia 18.

### QUAL A DECISÃO MAIS RECENTE?

Nesta sexta-feira, Alexandre Postal suspendeu a nova medida cautelar de Ana Moraes e liberou mais uma vez a assinatura do contrato de compra e venda da Corsan. Com isso, o governo do Estado pôde formalizar a última etapa da privatização.

### A VENDA AINDA PODE SER REVERTIDA?

O caso pode ter reviravolta caso a decisão do conselheiro Alexandre Postal seja revertida pelo plenário do TCE, na sessão do dia 19 de julho. Esse cenário, entretanto, é considerado improvável pelo governo. Outra hipótese é de que seja proferida nova decisão judicial, no Tribunal de Justiça ou nas Cortes superiores, anulando a assinatura do contrato.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Página:** 12